

(X) Graduação () Pós-Graduação

TRABALHO DAS MULHERES EM UMA INDÚSTRIA DE UNIFORMES EM NAVIRAI MS

Geraldo Barbosa Leal
CPNV/UFMS
1962lealbarbosa@gmail.com

Silvino Aréco
CPNV/UFMS
silvinoareco@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo geral da análise foi contextualizar e descrever o trabalho da mulher no modo de produção capitalista e, conseqüentemente, entender o papel desempenhado por elas no mundo do trabalho e as desigualdades produzidas nessa relação. Tendo como objetivo específico analisar esse processo dentro de uma confecção de uniformes industriais na cidade de Naviraí /MS. A pesquisa foi desenvolvida no setor de produção da indústria ED e tem o caráter qualitativo. Foi aplicado um questionário que fez o levantamento das informações sobre a renda média, grau de instrução, estado civil e a média de filhos. Quando se trata de uma pesquisa qualitativa os seus dados serão analisados a partir do questionário respondido e sopesados. Segundo André e Ludke (1986) analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as demais informações disponíveis. Concluímos que no capitalismo as relações de gênero perpassam as questões de lutas de classes, apesar de que a estrutura de classes contribui, ainda mais, na exploração do trabalho da força de trabalho feminina.

Palavras-chave: Relações de gênero, Trabalho de Mulheres, Capitalismo.

INTRODUÇÃO

O tema desse trabalho é problematizar acerca do trabalho feminino, pois quando fazemos uma retrospectiva histórica, podemos deduzir que desde os primórdios da humanidade as mulheres trabalham no sentido de produzirem e reproduzirem as suas existências e de suas proles. Porém, essa ação é menosprezada na produção científica da contemporaneidade que colocam a participação da mulher sempre numa condição subalterna. Por exemplo, alguns autores no Brasil colocam que as mulheres entraram no mercado de trabalho, apenas no século XX, no processo de industrialização, se esquecem que desde a invasão europeia por volta do século XVI, as mulheres negras e indígenas trabalhavam na condição de escravas nos canaviais paulista e nos engenhos de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro. Sem mencionar o trabalho das mulheres no período pré-colombiano.

O objetivo geral da pesquisa foi desvelar o trabalho feminino dentro do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, entender o papel da mulher no mundo do trabalho e as desigualdades produzidas nessa relação.

O objetivo específico foi descrever e analisar esse processo dentro de uma confecção de uniformes industriais na cidade de Naviraí /MS¹. A pesquisa foi desenvolvida no setor de

¹ Naviraí é uma cidade de Estado do Mato Grosso do Sul. Os habitantes se chamam naviraienses. O município se estende por 3 193,6 km² e contava com 54 878 habitantes no último censo populacional de 2010. A densidade demográfica é de 17,2 habitantes por km² no território do município. Fonte: Prefeitura Municipal. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-navirai.html>. Consultado em 01/09/2021. Naviraí está localizada no Sudoeste do Mato Grosso do Sul, em ponto estratégico, sendo o mais privilegiado do Estado, com acesso as principais regiões do País. A principal Rodovia é a BR 163, totalmente pavimentada em ótima condições de trafegabilidade, que liga Naviraí do Norte ao Sul do Brasil e Países do Mercosul por isso é denominada “Corredor do Mercosul”. Outras importantes rodovias são a BR-487, que dá acesso a cidade de Umuarama e a rodovia MS-141 que é portão de entrada para o Estado de São Paulo via Presidente Prudente, daí o corredor para cidades do interior paulista como São José do Rio Preto, Lins, Ribeirão Preto, Ourinhos e Triângulo Mineiro. A Economia da cidade está sustentada no agronegócio. Naviraí possui várias empresas e cooperativas de grande porte. Tais como: A usina de álcool Rio Amambaí Agroindústria (Açúcar e Alcool) e a Copasul (Algodão, Soja, Milho); Fiação Copasul reconhecida pela qualidade de seu fio de Algodão e as Fecularias Naviraí e Salto Pilão. O destaque industrial fica para, a fábrica de bicicletas Colli Bike (Grupo Gazin), Café Naviraí, Erva Mate Campanário. A ACEN – Associação de Comercial e Empresarial de Naviraí possui mais de 400 lojas conveniadas. Várias Empresas veem em Naviraí um campo favorável para a Instalação de suas fábricas pois o município é um grande produtor de matérias prima, o que significa um baixo custo de produção. Fonte: Prefeitura Municipal de Naviraí. Disponível em: <https://navirai.ms.gov.br/potencialidades/>. Consultado em 01/09/2021.

produção da indústria ED² e, a investigação tem o caráter qualitativo.

Como metodologia para obter os dados foi aplicado um questionário estruturado com perguntas fechadas e com alternativas. O objetivo foi fazer o levantamento do perfil sócio econômico, grau de instrução, tempo de trabalho faixa salarial das operárias da empresa. Quando se trata de uma pesquisa qualitativa os seus dados serão analisados a partir do questionário respondido e sopesados. Segundo André e Ludke (1986) analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as demais informações disponíveis. Após a coleta de dados foi efetivada a análise se fundamentada no materialismo histórico e dialético.

O artigo está estruturado da seguinte forma no primeiro capítulo, fazemos uma breve reconstituição histórica do trabalho das mulheres. No segundo capítulo analisamos os dados obtidos através de questionários aplicados na confecção ED. Por fim, concluímos que no capitalismo as relações e as desigualdades de gênero perpassam as questões de lutas de classes, apesar de que a estrutura de classes contribui, ainda mais, na exploração do trabalho da força de trabalho feminina.

1. Breve Retrospecto Histórico do trabalho da mulher no capitalismo

O trabalho da mulher na sociedade pré-capitalistas tinha um papel importantíssimo na economia. A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas quanto para produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar riqueza social (SAFFIOTI, 1978).

Nas economias pré-capitalistas especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa:

[...] trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados, e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas doméstica. Enquanto a família existia mulheres e crianças como unidade de produção desempenhavam um papel fundamental (SAFFIOTI, 1978. P.7).

Nos burgos da Inglaterra medieval a mulher engajava-se no comércio independentemente do marido, sendo, pois, responsáveis por seus atos de pessoa jurídica. Em caso de falecimento do seu marido, herdava o negócio e tinha o direito de dirigi-lo segundo lhe aprouvesse (SAFFIOTI, 1978).

Na França no antigo regime a mulher gozou de todas as capacidades necessárias ao

² Por questão ética, optamos por denominar o nome fictício da empresa de ED.

exercício das atividades comerciais. Porém, em todas as outras esferas foi considerada menor incapaz, necessitando da tutela do homem (SAFFIOTI, 1978. p. 7-8). Isso quer dizer que historicamente foi se constituindo um modelo excludente de classificação da mulher, diminuindo sua importância. Já no modo de produção capitalista, as mulheres vão se tornar mais exploradas na divisão da sociedade de classes como explica Saffioti:

Para o capitalismo a inferiorização social que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam a sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais valia absoluta (lucro absoluto) através simultaneamente, da intensificação do trabalho da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos (SAFFIOTI, 1978. P.11-12).

A revolução industrial caracterizou-se por transformações tecnológicas no século XVIII na Inglaterra, essas transformações sociais e econômicas acelerou a indústria com um grande crescimento com o final da economia feudal. Saffioti esclarece que:

O modo capitalista de produção eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano. A saturação empírica da categoria mercadoria, além de fazer-se acompanhar por uma divisão social do trabalho extremamente desenvolvida, marca o divórcio entre o valor de uso e o valor de troca dos produtos do trabalho (SAFFIOTI, 1978. P.13).

O trabalho e apropriação da riqueza se acentua no capitalismo com a expropriação das terras comunais do feudo e com a produção de mercadorias com valor de uso e valor de troca para atender aos novos mercados abertos com a invasão europeia no Novo Mundo. Nesse sentido Saffioti analisa a produção de mercadorias a partir da lógica capitalista.

Enquanto o valor de troca não preside ao processo social da produção, isto é, enquanto a maioria dos artigos produzidos se destina a satisfazer diretamente às necessidades de seus produtores (o que ocorre nas sociedades pré-capitalistas), a dimensão quantitativa do produto do trabalho não interfere, decisivamente, nem no processo de trabalho nem na determinação da força de trabalho (SAFFIOTI, 1978. P.13).

No capitalismo essas relações de produção se tornaram hegemônicas penetrando nos mais recônditos rincões, acentuando a exploração da força de trabalho como mercadoria fundante da produção da mais valia:

A partir do momento, entretanto, em que o valor de troca penetra todos ou a maioria dos artigos produzidos, estes se determinam como e enquanto

mercadorias e a própria força de trabalho ganha a mesma determinação. A oposição dialética objetiva existente entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias se subjetiva no momento mesmo da determinação da força de trabalho como mercadoria. O trabalhador não mais produz diretamente para seu consumo, mas produz artigos cuja existência independe de suas necessidades (SAFFIOTI, 1978. P.13).

Esta lógica de lucro capitalista se expressava na França com uma intensa participação da força de trabalho das mulheres, segundo Perrot (2006) em 1866 a participação feminina representava 30% da força de trabalho empregada na França e no ano de 1906 alcançou 37.7% de participação. Saffioti explica que:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, a medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 1978. P.18).

No Brasil a força de trabalho para o incipiente processo de industrialização, no início no século XX, veio dos imigrantes europeus. Nesse contexto social e histórico milhares de imigrantes vieram trabalhar tanto na lavoura, nas fazendas de café, quanto nas fábricas que surgiram nas cidades que substituíram a força de trabalho escrava abolida no final do século XIX (RAGO,1997).

Lopes esclarece esse processo:

A entrada da mulher no mercado de trabalho ocorreu devido à necessidade de sua contribuição nos serviços que estavam ligados ao ganho financeiro da família, com início na Revolução Industrial absorvendo de forma importante a mão-de-obra feminina pelas indústrias com o objetivo de baratear os salários e também pela maior facilidade de disciplinar esse novo grupo de operárias, onde trazendo definitivamente, a mulher na produção (LOPES apud BAYLÃO E SCHETTINO 2014, P. 2).

Os autores: Baylão e Schettino (2014) colocam a inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil a partir do século XX, com o processo de industrialização. Baylão e Schettino (2014) afirmam que a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro aumentou consideravelmente a partir da década de 1970, negligenciando os cinco séculos passados, principalmente o trabalho das mulheres indígenas e negras. Nessa acepção, Saffioti esclarece que: “[...] A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços

nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 1978. P.17).

2. Dados e análise da Pesquisa na ED em Naviraí/MS.

O *locus* da pesquisa foi a empresa ED Uniformes, Ltda, aberta em 01/03/1999, é uma filial do tipo Sociedade Empresarial Limitada que está situada em Naviraí/MS. Sua atividade econômica principal é a confecção de roupas³ profissionais.

Na figura abaixo podemos visualizar o espaço físico de uma oficina da confecção de uma empresa no Brasil, a disposição das máquinas e a ação dos trabalhadores e trabalhadoras em sua jornada

³ Uma pesquisa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP construiu, de forma inédita, um recorte da história da moda no Brasil desde o século 19, com a produção em série de roupas para escravos, até o início dos anos 1960, quando a indústria têxtil nacional já apresentava traços semelhantes aos dos grandes centros do Ocidente. A tese de doutorado Indústria do vestuário e moda no Brasil do século XIX a 1960: da cópia e adaptação à autonomização subordinada, defendida pelo jornalista Luís André do Prado em 2019, aborda um período em que o assunto é pouco estudado pela academia, não apenas no Brasil como por instituições estrangeiras. Prado pesquisou dados estatísticos e análises econômicas realizados pelo IBGE, livros, jornais, teses, dissertações, entrevistas, além de pesquisas físicas em acervos pessoais e institucionais de associações e editoras especializadas em moda. “Meu objetivo inicial era focar a década de 1960, mas a carência de dados sobre os primórdios da indústria do vestuário no Brasil me fez voltar no tempo mais do que planejava. Fui parar no início do século 19”. O pesquisador explica que a criação de moldes de roupas por escala de tamanhos permitiu a produção em escala industrial desde a virada do século 18 para o 19, em países como Inglaterra, França e Estados Unidos, e, na primeira metade do século 19, no Brasil. “Posteriormente, a introdução das máquinas de costura, de corte de tecidos e de fabricação de malhas, entre meados e fins do século 19, contribuiu enormemente para acelerar o crescimento da fabricação de roupas prontas”. Fonte: Jornal da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://jornalempresasenegocios.com.br/especial/roupas-para-escravos-marcaram-inicio-da-industria-de-vestuario-no-brasil/>. Consultado em 01/09/2021.

cotidiana.

Figura 1. Oficina de Confeção



Foto: Máquinas União. Fonte: <http://www.maquinasuniao.com.br/como-montar-uma-confeccao/>. Acesso 03/10/2021.

Para recolher os dados foi elaborado e aplicado um questionário estruturado com perguntas fechadas e com alternativas, o objetivo foi fazer o levantamento do perfil socioeconômico, grau de instrução, tempo de trabalho, faixa salarial das operárias da empresa.

Foi constatado que 76% que trabalham na produção são mulheres com uma média de idade de 34 anos e apenas 24% são homens, a média de idade de 32 anos.

Podemos verificar que a grande maioria de trabalhadores (as) nesse ramo são do gênero feminino, pois, historicamente o corte e a costura tem na cultura brasileira esse recorte de gênero. Nesse sentido Gazzona explica que:

No entanto, se, por um lado, as mulheres vêm conquistando novos espaços no mercado de trabalho, por outro, concentram-se em setores e ocupações definidos como tradicionalmente femininos. É o caso das indústrias têxtil e do vestuário, ramos que perderam dinamismo interno e o comando sobre o crescimento da indústria, a partir de 1950, e que, por muitas décadas, constituíram umas das poucas possibilidades de emprego fora do lar para as mulheres menos instruídas (GAZZONA, 1997, p. 90).

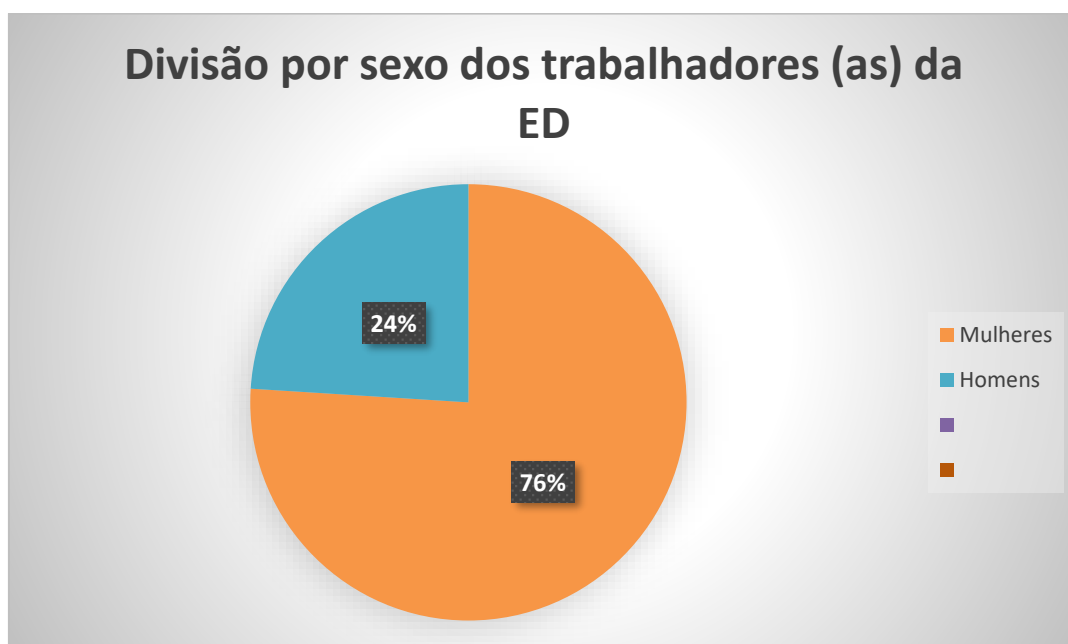
Gazzona (1997) explica que esse processo se dá pela repartição social de tarefas por sexo que segue uma classificação hierárquica que são manifestações de determinadas relações sociais de classe e gênero. De acordo com Saffioti:

Não se trata de retalhar a realidade social, situando em cada fatia um tipo de processo social ou relações sociais. Ao contrário, trata-se de

estar sempre alerta para detectar a presença das diferenças/semelhanças de gênero nas relações de produção, assim como as diferenças/semelhanças de classe nas relações de gênero [...] esses dois tipos de relações são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social (SAFFIOTI, 1992, p.192).

O quadro abaixo corrobora para confirmar as afirmações de Gazzona (1997) e Saffioti (1992), ao revelar que majoritariamente na ED a força de trabalho predominante é a feminina.

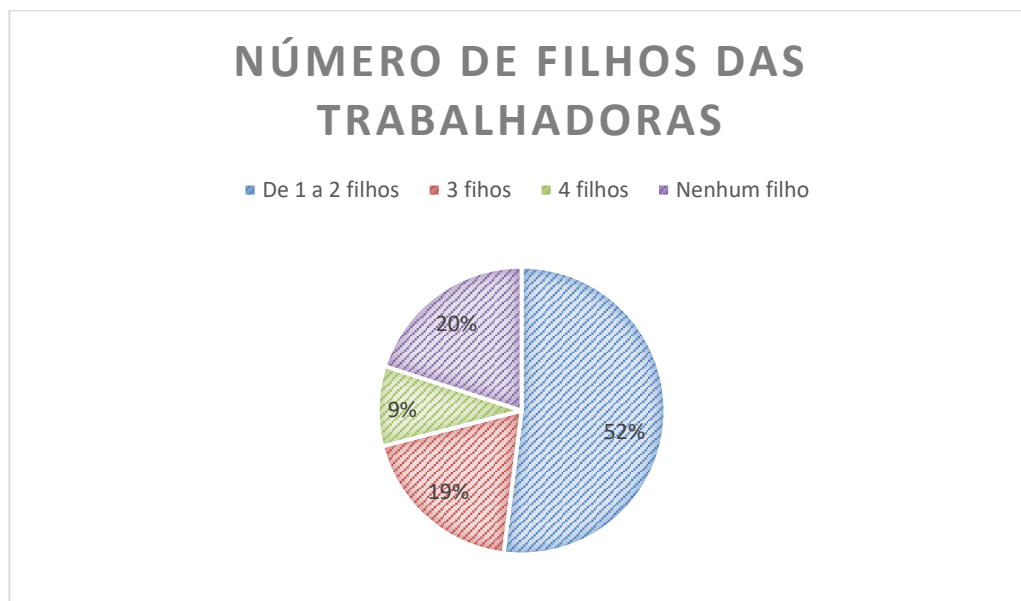
Figura 2



Fonte: Dados extraídos do questionário aplicado.

Com relação aos números de filhos cerca de 52% das mulheres casadas declararam 1 a 2 filhos, 20% declararam não ter filhos e se inclui, também, as mulheres que se declaram solteiras, 19 % declararam ter 3 filhos, 9% declararam ter 4 filhos. A média é de 2 filhos do total pesquisado.

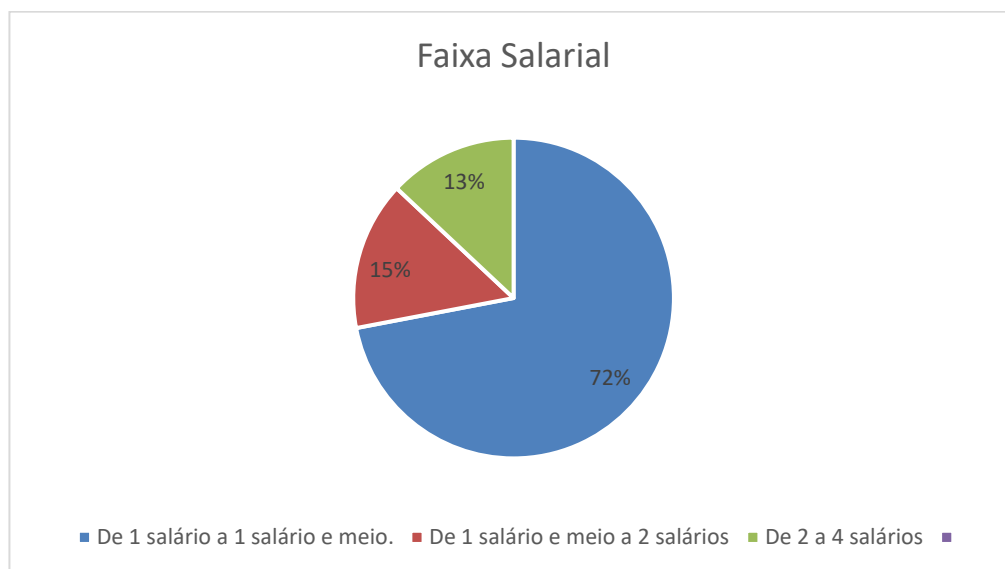
Figura 3



Fonte: Dados extraídos do questionário aplicado.

Com relação a faixa salarial: 72% recebem de 1 a um salário e meio, 15% recebem um salário e meio a 2 salários e por último na produção 13% recebem de 2 a 4 salários. Sendo que nesta faixa, de dois a quatro salários, são homens que trabalham na produção como mecânicos, líder geral e engenheiros de produção.

Figura 4



Fonte: Dados extraídos do questionário aplicado.

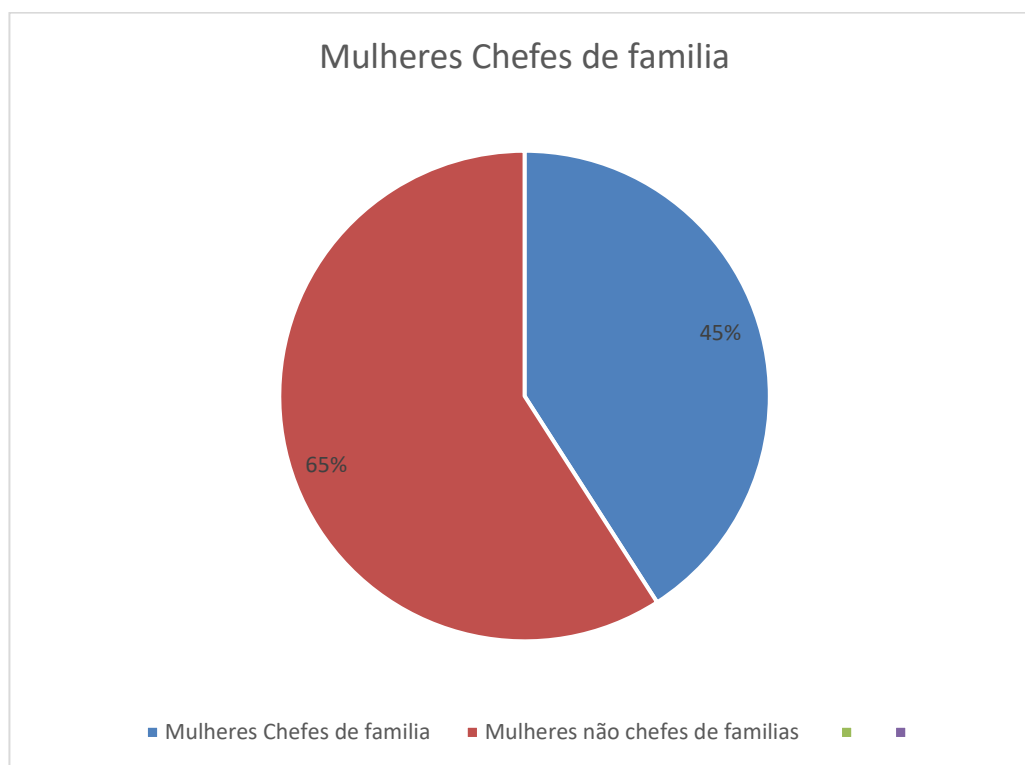
O que se nota é que o salário das mulheres na produção fica abaixo dos ganhos dos homens, somente em serviços de auxiliar na produção e costureiras e costureiros os salários são iguais, também cerca de 45% das mulheres se declaram como “chefes de família”. Safiotti

esclarece que:

A economia de mercado implica, pois, simultaneamente, na igualdade jurídica dos homens e, conseqüentemente, num afloramento à superfície da sociedade do fator econômico como distribuidor de oportunidades sociais. A dimensão econômica das relações sociais não mais se oculta sob e na desigualdade de status jurídico dos homens (status de homem livre, de servo, de escravo). É como livres possuidores de sua força de trabalho que os homens participam do mercado. Nem por isso, contudo, o mecanismo de operação do modo de produção capitalista pode ser imediatamente apreendido. (SAFFIOTI, 1978. P.14).

Podemos vislumbrar que de acordo com Saffioti (1978), na aparência a igualdade de status jurídico é indicador suficiente da igualdade social, porém, essa igualdade não se manifesta na *práxis*, pois a liberdade de que cada homem goza na situação de mercado leva à ilusão de que as realizações de cada um variam em razão direta de suas capacidades individuais. A falsa meritocracia do liberalismo. Podemos verificar que 45% das mulheres são as principais responsáveis pela subsistência de suas famílias, como indica o gráfico abaixo.

Figura 5



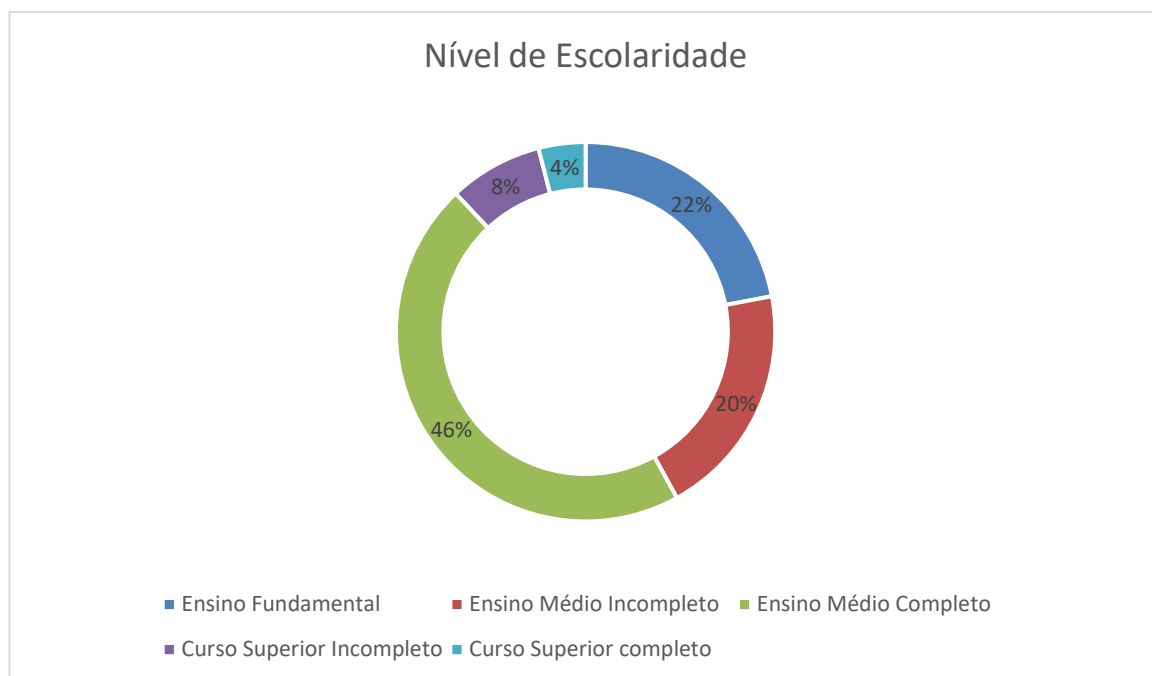
Fonte: Dados extraídos do questionário aplicado.

Com relação ao tempo de casa, a média geral é de 7 anos de trabalho na empresa, apenas 3% que trabalham na produção tem de 1 a 3 anos de empresa. Podemos detectar uma média razoável em relação ao tempo de empresa dos trabalhadores(as) nessa empresa.

Com relação ao nível escolar 22% terminaram o ensino fundamental, 20% com o ensino

médio incompleto, 46% com o ensino médio completo, 8% com superior incompleto ainda cursando e 4% com ensino superior completo, neste item, entra dois engenheiros que são do sexo masculino.

Figura 6



Fonte: Dados extraídos do questionário aplicado.

De acordo com Gazzona (1997,) nesse contexto do mundo do trabalho no Brasil as qualificações tendem a ser mais exigidas requeridas, logo, à maior parte das trabalhadoras acercar-se a buscar uma melhor qualificação profissional. Além das exigências dos aspectos de caráter comportamentais, como: interesse pelo trabalho, responsabilidade, envolvimento e comprometimento.

Gazzona (1997) explica que para as costureiras estas alterações comportamentais tendem à sua sensibilização para a colaboração no melhoramento da qualidade dos produtos e o adestramento é realizado através de cursos rápidos em que são expostos os escopos do fluxograma de qualidade e a acuidade da informação das empregadas para a supervivência do empreendimento em um mercado com grande concorrência. Em relação ao treinamento das adjudicadas e supervisoras do setor de montagem essas são direcionadas para cursos de relacionamento, sem perder de vista a experiência na área de corte e costura. Nessa acepção podemos detectar que essa tendência da busca da qualificação profissional, que na Eduforme se manifesta na escolaridade no qual 46% das entrevistadas possuem o ensino médio completo e 8% possuem o ensino superior incompleto.

Considerações Finais

Não pretendemos aqui nas considerações finais ratificar os dados da pesquisa, pois esses já foram explicitados no decorrer do texto. Queremos ressaltar que, as mulheres desde os primórdios da humanidade produziram e reproduziram sua existência através do trabalho.

As mulheres já estavam presentes do mercado de trabalho no Brasil desde o século XVI, na maioria esmagadora na condição de escravas. As escravas negras e indígenas, naquele contexto, trabalhavam em variados setores da produção açucareira, inclusive naqueles setores mais perigosos nos engenhos de cana de açúcar, exerciam funções domésticas, etc., passando por inenarráveis vicissitudes.

Essa pesquisa se propôs a revelar o passado mais recente do trabalho das mulheres no modo de produção capitalista e assim saldar uma dívida histórica, que as classes dominantes através da historiografia oficial buscam apagar, acerca da contribuição das mulheres na formação social, cultural e econômica do Brasil.

Logo, a partir das análises que realizamos, concluímos que a relação de gênero perpassa as questões da luta de classes, apesar de que a estrutura de classes contribui, ainda mais, na exploração do trabalho da força de trabalho feminina. Nesse processo de exploração, as mulheres sofrem as implicações da desigualdade dentro da própria classe trabalhadora, tendo um salário inferior realizando as mesmas funções que os homens. Além de estarem sob a égide do machismo estrutural do patriarcado brasileiro.

Desde a revolução industrial este campo da compreensão das relações de gênero é um desafio que se impõe para toda sociedade. Ao lançarmos uma luz sobre essas disparidades, podemos no presente acender uma centelha para superarmos as desigualdades, não só no mundo do trabalho, mas, sim em todas as relações sociais.

REFERENCIAS

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

GAZZONA, Raquel da Silva. Trabalho feminino na indústria do vestuário. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, nº 61, dezembro/1997.

PERROT, Michelle. Trad. Viviane Ribeiro. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e sexualidade. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578 a 606.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth. “Rearticulando gênero e classe social”. In: Albertina de O. Costa & Cristina Bruschini (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.